

Mourão, o Concelho emblemático “do Alqueva”

Maria José Capucho

(maria.capucho@gmail.com)

O Concelho de Mourão - um caso expressivo de despovoamento do interior alentejano que se vem acentuando, desde a década de 1950 – é um território rural, de baixa densidade e transfronteiriço que apresenta, uma estrutura etária duplamente envelhecida e onde o baixo nível de habilitações e a deficiente qualificação profissional, (aliados ao abandono dos campos e das actividades agrícolas), provocou o aumento do desemprego e da pobreza. A fragilidade das bases económica e demográfica, a par das deficientes acessibilidades, quer isoladamente quer fundamentalmente, quando consideradas em conjunto, levantam sérios problemas na definição de uma estratégia de desenvolvimento sustentável.

O acentuado ruralismo da paisagem, foi sempre e continua a ser, uma das marcas da ocupação humana deste território e se as tradições culturais representam a forma de caracterizar e diferenciar uma região, devendo por isso ser preservadas, o território em estudo, conta agora com um factor novo que permitirá valorizar e potenciar os anteriores: O “*maior lago da Europa - Alqueva*”.

Mas o que significa, para Mourão e para os mouranenses, ter o maior lago da Europa, melhor dizendo, de que forma pode “*Alqueva*”, promover o desenvolvimento sustentável da agricultura, da agro-indústria e do turismo e assumir-se como catalisador e polarizador, do desenvolvimento de toda a região, foi a questão a que nos propusemos responder com este estudo.

Para tal, procedemos à caracterização do território, considerando para o efeito, quatro níveis territoriais de análise: O Continente, a Região Alentejo, o Alentejo Central e o Concelho de Mourão e três momentos temporais: 1991, 2001 e 2004, procurando-se sempre e na medida da informação disponível, enquadrar o posicionamento do território no contexto nacional, na NUTS II - Alentejo e na NUTS III - Alentejo Central.

Partimos do pressuposto que o território, encerra um conjunto de potencialidades e especificidades que importa explorar e desenvolver, de modo a que se constituam o motor fundamental, para um desenvolvimento integrado e sustentado da região e para a melhoria das condições de vida da sua população, mas também graves

constrangimentos internos e externos. Neste sentido, procedemos à inventariação de toda a problemática do desenvolvimento da região, no seio da sua envolvente histórica, social, cultural e patrimonial, englobada num plano que seja simultaneamente, orientador de um conjunto de intervenções estruturantes para a valorização das estruturas tradicionais, do património edificado, das paisagens e dos itinerários natural e cultural, através de um trabalho de identificação rigorosa e realista (no interior e no exterior do sistema), das competências centrais do território e das suas vantagens, identificando os factores críticos de sucesso - as actividades e recursos nas quais e para os quais, o território tem de ser “*excelente*”, ou seja, tem de ter um desempenho acima do dos seus “*concorrentes*”, adoptando como modelo de referência a Análise SWOT:

Quadro I - Análise SWOT		
Pontos Fortes	. Os Recursos Naturais	<ul style="list-style-type: none"> . A água, a paisagem e o ambiente . Os recursos cinegéticos e piscatórios . Os recursos naturais do subsolo (xistos e granitos) . Os solos e a agricultura . Os produtos regionais . As condições para o desenvolvimento do turismo . A Ruralidade e Tradicionalidade
	. Os Recursos Culturais	<ul style="list-style-type: none"> . Os equipamentos culturais . A gastronomia . A etnografia . O artesanato . O património arquitectónico . As festividades tradicionais
Pontos Fortes	. Existência de Associação de Desenvolvimento Local	<ul style="list-style-type: none"> . <i>Promoção e acompanhamento de candidaturas a programas comunitários, que visam:</i> <ul style="list-style-type: none"> . A valorização do património natural e cultural . O reforço do ambiente económico e a criação de postos de trabalho . A melhoria da capacidade organizacional
	. Impactes positivos do EFMA	<ul style="list-style-type: none"> . Dinamização económica do Concelho, na fase de construção das infra-estruturas . Aumento da área de regadio . Aparecimento de empresas associadas à água . Construção de uma nova aldeia . Melhoria das acessibilidades viárias . Melhorias ao nível climático

Pontos Fracos	. Os Recursos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> . Evolução negativa da população, que originou uma estrutura duplamente envelhecida . Emigração . Despovoamento . Desadequação da formação profissional . Fraco nível de instrução e escolaridade . Insucesso escolar . Elevada taxa de analfabetismo, com especial incidência nas mulheres . Reduzida percentagem da população, detentora de graus de ensino médio ou superior . Reduzida capacidade do território de fixar população jovem . Elevado índice de desemprego . Baixa taxa de actividade feminina
	. A Base Produtiva	<ul style="list-style-type: none"> . Fraca iniciativa e dinâmica empresarial . Estrutura produtiva débil . Terciarização da economia . Abandono dos solos agrícolas . Empresas de reduzida dimensão . Actividade industrial incipiente . Baixo nível de qualificação da mão-de-obra . Grande peso do sector público no emprego
	. Actividades de Cultura e Lazer e Estruturas de Apoio ao Turismo	<ul style="list-style-type: none"> . Fraco nível de equipamentos culturais e turísticos . Insuficiência de actividades culturais e desportivas, destinadas aos jovens
	. Saúde e Protecção Social	<ul style="list-style-type: none"> . Deficiente nível de equipamentos e de recursos humanos . Inexistência de Centro de Dia e actividades ocupacionais para idosos . Inexistência de Creche
Pontos Fracos	. As acessibilidades	<ul style="list-style-type: none"> . Inexistência de acessibilidades ferroviárias . <i>Deficiências nos transportes públicos de passageiros:</i> <ul style="list-style-type: none"> . Baixa frequência . Desadequação dos horários . Falta de articulação, entre o serviço de transporte rodoviário e o serviço inter-regional de transportes ferroviários
	. Impactes negativos do EFMA	<ul style="list-style-type: none"> . Perda de 27% da área agrícola do Concelho . Submersão da Aldeia da Luz . Submersão da Fábrica da Portucel Recicla . Desaparecimento da praia fluvial e do Parque de Campismo . Submersão de reservas de xisto . Submersão de património arqueológico e arquitectónico . Alterações climáticas

Oportunidades	. Inserção na Região Alentejo	<ul style="list-style-type: none"> . Potencialidades de articulação com o sector agro-industrial . Aproveitamento do montado . Energias renováveis . Financiamentos do PDR e do QREN . Aeroporto de Beja, como potenciador do desenvolvimento turístico <ul style="list-style-type: none"> . EFMA, que vem potenciar, não apenas a fileira agro-alimentar, mas também a multifuncionalidade do espaço rural, através de actividade como as energias renováveis, o turismo, a cultura e o património
	. Proximidade com a Extremadura Espanhola	<ul style="list-style-type: none"> . Apoios comunitários para as regiões transfronteiriças . Mercado alargado
	Possibilidade de aproveitamento de financiamentos públicos e privados e dos incentivos disponíveis	<ul style="list-style-type: none"> . Classificação de Mourão como "<i>Centro Rural</i>" . Valorização dos produtos locais agrícolas ou artesanais . Promoção de actividades turísticas
. Ameaças	. Inserção na Região Alentejo Central	<ul style="list-style-type: none"> . Fraca densidade populacional . Perda de vitalidade demográfica . Predomínio da actividade agrícola <ul style="list-style-type: none"> . Elevado índice de desemprego . Fraco nível de industrialização, de cultura e de dinamismo empresarial . Insuficiência ao nível das infra-estruturas básicas
	. Concorrência regional, nacional, e fronteiriça muito forte	<ul style="list-style-type: none"> . Fraca cooperação entre os municípios . Perigo de agudização das assimetrias regionais

Fonte: Elaboração própria, a partir da recolha de informação efectuada

O principal ponto forte do Concelho de Mourão, radica nos seus recursos patrimoniais, sejam eles naturais e paisagísticos, construídos e monumentais, ou culturais: as três povoações (Mourão, Luz e Granja) perfeitamente integradas na paisagem rural e o binómio *água e planície*, constituem um património ambiental e paisagístico singular e de excelência que não tem sido encarado, como recurso a proteger ou seja, não se entendeu ainda que a água e a paisagem, podem representar a oportunidade de concretizar a mudança, o corte radical com o “*empobrecimento*”, o “*despovoamento*” e o “*envelhecimento*” da população residente e com o “*distanciamento*” aos centros de decisão.

Com excelentes condições para a caça e pesca, quer pela quantidade quer pela diversidade de espécies autóctones, também ainda não se logrou alcançar no Concelho

de Mourão, a dimensão e os níveis de sucesso alcançados em Espanha e estamos muito longe, de podermos apresentar um produto turístico cinegético ou piscatório, ainda que se estejam a dar os primeiros passos, para explorar estes importantes recursos que poderão vir a tornar-se, factores significativos de dinamização turística e da vida económica local.

Os xistos, importante elemento decorativo e para pavimentação, são o recurso do subsolo mais conhecido do Concelho de Mourão, mas também os granitos abundam na região, ainda que a sua exploração, nunca tivesse passado de algum artesanato, sem grande expressão económica. Em nosso entender, a existência destes recursos naturais do subsolo, deveria ser valorizada e explorada de forma sustentável, como um dos elementos de força, capazes de conduzir à revitalização do território.

A estrutura fundiária, (com poucas propriedades de grandes dimensões, baseada em médias propriedades (200 a 300 ha) e pequenas propriedades (menos de 20 ha)), faz com que a agricultura seja essencialmente de base familiar, com fraco nível de mecanização e de investimento, num Concelho que à semelhança de toda a região alentejana, sofreu os efeitos da especialização produtiva, baseada na cultura extensiva do trigo e na abundância de mão-de-obra barata, onde a RAN representa, apenas cerca de 14% do território concelhio, sendo que em nosso entender, o aproveitamento destes solos, permitiria a diversificação de culturas e actividades, (os sistemas agrícolas dominantes, são a cultura arvenses, o montado de azinho, os matos e o olival), uma vez que consideramos a agricultura em sentido lato (englobando a agro-indústria e a pecuária), a base de sustentação do desenvolvimento económico do Concelho, quer na perspectiva de preservação e aproveitamento dos recursos naturais, quer na óptica da valorização da cultura e do “*saber fazer*” tradicionais, quer ainda no sentido de constituir a base de expansão, para outras actividades, nomeadamente a indústria agro-alimentar e o turismo rural.

O quase desaparecimento da actividade, de criação do porco de montado, em detrimento da criação de ovinos e bovinos, aliado ao facto de a PAC, ter conseguido através de sistemas de incentivos e políticas de preços, concentrar alguma da produção cerealífera nos solos mais produtivos, levou ao abandono dos campos marginais e ao desaproveitamento do montado, em condições economicamente competitivas, situação que deve ser repensada.

Outro dos caminhos a trilhar, deverá ser o da valorização dos produtos tradicionais da região, como sejam, os enchidos e demais derivados do porco, os queijos, a doçaria

tradicional, o mel, a carne de bovino, o azeite, a azeitona, o vinho e a uva de mesa – através da especialização em produtos com denominação de origem, passíveis de transformação por agro-indústrias locais. O enoturismo, encontra na região, condições de grande sustentabilidade, pois para além do vinho da Cooperativa Agrícola da Granja, com afirmação e reconhecimento internacionais, existem muitos produtores independentes que urge mobilizar e adaptar às necessidades do mercado, fomentando a realização de eventos e de mostras de produtos e elaborando roteiros e outras formas de promoção conjunta, da região.

Pese embora, as condições existentes para o desenvolvimento da actividade turística no Concelho de Mourão, esta continua a ser incipiente, sem impacto dinamizador na economia local, por falta de iniciativas com dimensão suficiente que dêem origem, à criação de motivos fortes, para a atracção de fluxos turísticos, para além da paisagem e do património existente. No entanto, o aparecimento de uma grande albufeira (o maior lago da Europa), veio abrir perspectivas muito interessantes, de complemento da oferta turística até então existente na zona, essencialmente de carácter cultural/histórico ambiental/ecológico, baseada nalguns dos recursos físicos e culturais, como o património edificado, (monumentos históricos e religiosos, museus, monumentos megalíticos e outros sítios arqueológicos), a paisagem diversificada (a quietude, a beleza, o bucolismo), a pesca e a caça, o artesanato, a gastronomia e os vinhos, as festas, feiras e romarias, as termas e a abundância de águas minerais, que pode vir a ser diversificada, para um turismo ligado ao usufruto da barragem.

O padrão cultural de interacção com o meio que inclui, ao longo dos séculos de ocupação humana na região, mecanismos lentos de adaptação e de transformação da sua fisionomia natural, permite colocar a população do território entre as sociedades rurais, numa época em que se assiste a uma (re)valorização ideológica do “*campo*”, dos valores e simbologias rurais já que se tem conseguido preservar a identidade cultural, o que confere ao território, um carácter quase único que pode e deve ser, alvo de uma política concertada de protecção, através da renovação das actividades tradicionais e da dinamização e ampliação das cadeias de valor, associadas aos recursos naturais e endógenos e da manutenção do “*mundo rural*”, como suporte da qualidade ambiental, no sentido do desenvolvimento sustentável.

Ao longo de muitas gerações, a interacção do Homem com o território, resultou em paisagens com identidade própria, traduzidas em sistemas de exploração adaptados às condições climáticas e que são sustentáveis, quer do ponto de vista ambiental, quer

sócio-económico, tendo o território, (devido à pobreza, ao despovoamento e à ausência de dinâmica económica que contraria a regressão das actividades tradicionais), sido poupado aos fenómenos de pressão urbanística e mantido um nível de qualidade ambiental elevado, bem como tem logrado preservar as características tradicionais de construção de habitações e os traços mais marcantes, da sua identidade cultural que deve ser acautelada, através da preservação dos recursos naturais, patrimoniais e culturais que deverão ser o verdadeiro produto turístico a oferecer, sem contudo negligenciar a oferta de boas condições de acolhimento (alojamento, gastronomia, infra-estruturas, equipamentos, acessibilidades), conjugadas com actividades de carácter sócio-cultural devidamente estruturadas que criem condições, para que os visitantes se detenham no território, com conforto e satisfação.

No que toca aos recursos culturais, destaca-se a gastronomia tradicional desenvolvida em torno do pão, das ervas aromáticas e espontâneas, acompanhadas pelos produtos da terra e do Rio Guadiana e rematadas, com a doçaria conventual da região.

O “*cante alentejano*”, os sistemas de crenças e práticas rituais, os sistemas de atitudes e de comportamentos (jogos tradicionais, folclore e danças, gastronomia, ...), bem como a comunicação social, plasmada nas formas de narrativa e tradição oral e a sua articulação com o património edificado, as técnicas e tecnologias tradicionais de construção, com a utilização do xisto, da cal, do adobe e da taipa e as relacionadas com a caça e a pesca (o guelrito, a nassa, a atarrafa, a rede de tremalho, bem como a construção do barco tradicional do Guadiana), são património cultural a preservar e a recuperar, já que a actividade artesanal se tem vindo a perder, ou a descaracterizar no Concelho, em parte devido às vicissitudes de uma crise geral e generalizada da cultura regional tradicional, por influência dos produtos oriundos das grandes metrópoles e conseqüente desinteresse dos produtos artesanais, cujo preço relativamente elevado, não lhes permite alcançar uma dimensão competitiva, face aos produtos industriais.

De destacar também, o património arquitectónico e desde logo o casario de interesse artístico do centro da Vila de Mourão, (nomeadamente as ruas que dão acesso ao Castelo - Rua de São Bento, de Santa Margarida, da Pedreira e do Benquerer), onde as gentes mantiveram a identidade original, todo ele coberto de cal, debruado a xisto e encimado pelas grandes chaminés mouriscas, objecto da admiração dos visitantes, para além de outros locais de interesse, sendo o “*ex-libris*”, o Castelo de Mourão classificado

como Monumento de Interesse Público¹ e que apesar, de se encontrar em ruínas há muitas décadas, esperando os necessários incentivos financeiros à sua recuperação, continua a ser um dos motivos de maior interesse do Concelho, justificando por si só, uma visita².

Entre duas das suas torres, situa-se a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Purificação das Candeias, reconstruída no século XVIII, quando ficou destruída pelo terramoto que também assolou Lisboa em Novembro de 1755.

Para além desta Igreja, podem ainda ser visitadas na sede do Concelho, as Igrejas da Ordem de São Francisco, da Misericórdia, a Ermida de Nossa Senhora dos Remédios e já fora da vila, as Ermidas de São Sebastião e de São Bento, (recentemente transformada em museu de arte sacra e que foi construída em Homenagem à Senhora do Alcance por D. Nuno Álvares Pereira). Pela mesma época, terá sido construído o Convento do Alcance que situado a cerca de três quilómetros de Mourão, foi mais um dos monumentos sacrificados pelo enchimento da barragem.

Motivos de interesse são ainda, os Paços do Concelho e a Praça da República, igualmente edificados na época em que foi reconstruída a Igreja Matriz e pelos mesmos motivos, os Passos do Senhor usados anualmente nas festividades pascais e os cruzeiros de pedra, (os poucos que ainda restam) que se enfeitavam durante a festa das Santas Cruzes, no dia 2 de Maio.

Fora do perímetro urbano, referência para as atalaias ao Castelo de Mourão, a Ermida de São Pedro dos Olivais, o Posto de São Leonardo, as Ferrarias e o Castro de Cuncos (também submerso), destacando-se na Freguesia da Granja, as Igrejas de São Braz e da Misericórdia, a Torre do Relógio e a Ermida de São Sebastião.

De lembrar também, a nova Aldeia de Luz que nos últimos anos tem sido, o principal motivo de atracção turística da região, onde não se deve deixar de visitar o Museu da Memória e recordar, através de registos fotográfico e audiovisual, os monumentos submersos, de entre os quais se relevam o Castelo da Lousa (classificado como monumento nacional), a Igreja de Nossa Senhora da Luz, a Capela de São Leonardo, a

¹ O início da sua construção data do reinado de D. Afonso III, sendo concluído em forma de estrela de oito pontas, no reinado de D. Dinis. Dentro dele se situava a Vila de Mourão, depois do abandono da Vila Velha (cujas ruínas foram submersas com a barragem), depois da fuga da população, alegadamente devido a um ataque de formigas.

² Neste Castelo, reza uma das muitas lendas que ainda se ouvem contar pelos mais idosos, terá pernoitado D. Sebastião a caminho de Alcácer-Quibir, onde terá assistido a uma tourada real e terá pedido protecção à padroeira, a Senhora das Candeias.

Ermida de S. Miguel Arcanjo, a Fonte Santa, o Convento do Alcance, o Porto de Portel, o Povoado de Cuncos, o Povoado da Vila Velha, e os Moinhos e Açudes do Guadiana, Alcarrache e Godelim.

No Concelho de Mourão, sempre existiu uma grande tradição de festas e romarias tradicionais que sobreviveram até aos nossos dias (quase) idênticas e nos mesmos moldes, às que se realizavam nos séculos passados - as Festas de Nossa Senhora das Candeias, de São Sebastião, da Senhora do Alcance, da Senhora da Luz, de São Braz, os bailes tradicionais (da Pinha, da Laranja e do Bacalhau), as festividades religiosas da Páscoa, as feiras e romarias e as Santas Cruzes.

As Feiras anuais, perderam muito do seu fulgor de outrora e necessitam de ser reactivadas, quem sabe tendendo para feiras temáticas, promotoras dos produtos da região, como acontece na freguesia da Granja, onde recentemente, se iniciou a realização pelo S. Martinho, de um certame -“*RegiGranja*” - que como o a denominação faz intuir, é uma mostra de produtos agro-alimentares e de artesanato, dos produtos da freguesia.

Outro ponto forte, é a existência da Associação de Desenvolvimento de Mourão (ADEREM) que tem promovido a apresentação de algumas candidaturas ao Programa Leader, de projectos de desenvolvimento local e transfronteiriço, com base nos agentes locais e em actividades muito diversificadas, apelando ao empreendedorismo das populações locais, com vista à criação de actividades sustentáveis do ponto de vista económico.

Assim, a ADEREM pode vir a dinamizar e apoiar projectos de investimento, quer no âmbito da valorização de produtos locais, (os enchidos, os presuntos, a doçaria, os queijos, o mel, o artesanato, entre outros), quer na promoção e valorização de actividades turísticas e afins (restauração, hotelaria, hipismo, pesca, caça, animação, entre outros).

Os principais impactes positivos do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA), verificaram-se durante a fase de construção da Barragem e das infra-estruturas que lhe estiveram associadas que foram no caso do Concelho de Mourão, a construção da nova Aldeia da Luz, a desmatação do território, a construção de pontes e pontões e a reposição das vias de comunicação (estradas e caminhos) que ficaram submersas, o que imprimiu alguma dinâmica económica ao território, pelo aumento da procura de bens e serviços por parte das construtoras, assim como pela necessidade de realizar pequenas

reparações nos equipamentos, fornecimento de alguns materiais, (como combustíveis) e do pessoal ao seu serviço (alojamento, restauração, actividades de lazer).

Este impacte foi bastante significativo para o Concelho, ainda que de curta duração, consubstanciando-se fundamentalmente na construção da Aldeia da Luz, que absorveu a mão-de-obra local com experiência na área da construção e no recurso à utilização do xisto, como elemento de decoração e pavimentação.

Apesar da perda de 1/3 da área agrícola do Concelho, ganhou-se na área de regadio que era quase inexistente (50 hectares) e passou a ser de 2 340 hectares, em zonas com quotas próximas das da Albufeira, (e a uma distância máxima de 5 km do regolfo), por forma a permitir a rega a partir de bombagem³, repartidas por manchas concentradas na freguesia da Granja e algumas pequenas manchas em Mourão, enquanto que a freguesia da Luz, foi objecto de um regime de excepção, tendo sido toda a sua área incluída no Plano de Rega do Alentejo.

A introdução da rega (ainda que apenas pontualmente), poderá a curto prazo constituir, um elemento inovador para a necessária alteração, do padrão de especialização agrícola e contribuir, para o estabelecimento de novos empresários, apostando na dinamização e na reconversão das actividades agrícolas.

Assistiu-se também, ainda que de forma “*muito tímida*”, ao aparecimento de algumas pequenas empresas associadas à água – comercialização de pequenas embarcações de recreio e organização de passeios de barco.

De igual forma, a reconstrução das vias submersas, permitiu criar um sistema melhorado de acessibilidades viárias, no que respeita às ligações, entre a sede do Concelho e as freguesias da Luz e da Granja, mas também com os Concelhos de Reguengos de Monsaraz e de Moura.

A nível climático, há a referir que a maior humidade, fez diminuir o risco de ocorrência de geadas e dos seus nefastos efeitos, para as culturas.

No que toca aos pontos fracos/fraquezas, foram identificados antes de mais, os recursos humanos, através de uma análise comparativa com os espaços territoriais considerados (o Concelho de Mourão representa em termos de área territorial, apenas 0,3% do território nacional, cerca de 1% do Alentejo e 3,85% do Alentejo Central), concluindo-se serem as que se seguem, as características em termos populacionais:

³ O Plano de Rega do Alentejo não prevê irrigação de zonas adjacentes ao regolfo, a montante da barragem

- . Evolução negativa da população que originou uma estrutura populacional, duplamente envelhecida;
- . Elevada taxa de desemprego;
- . Elevada taxa de analfabetismo, com especial incidência nos idosos e nas mulheres;
- . Fraco nível de instrução e escolaridade, especialmente nos indivíduos com idade superior a 60 anos;
- . Reduzida percentagem da população, detentora de graus de ensino superior e médio;
- . Formação profissional desadequada às necessidades da região;
- . Fraca capacidade do território para fixar população, nomeadamente jovem.

Relativamente à base produtiva, foram identificados os principais constrangimentos e desde logo, a redução significativa do peso do Sector II, na última década, (devido fundamentalmente, à submersão de uma das fábricas existentes no Concelho e à redução drástica de pessoal, na outra), o que fez aumentar, o já de si elevado, peso do sector público na estrutura do emprego (a Autarquia, com 184 funcionários, é o maior empregador do Concelho). Por outro lado, constatámos que nos últimos 20 anos se assistiu, à passagem de uma economia essencialmente agrícola, para uma economia apoiada na prestação de serviços a dependentes, o que levou ao abandono dos solos agrícolas e à debilidade da estrutura produtiva, traduzida em empresas de reduzida dimensão, actividade industrial incipiente e quase inexistente, com fraca capacidade empregadora e baixo nível de qualificação da mão-de-obra.

A estrutura fundiária muito concentrada, faz com que a actividade agrícola seja essencialmente de estrutura familiar, condicionada à dimensão do agregado, sem capacidade financeira para investimentos em mecanização, nem possibilidades de recurso a mão-de-obra externa o que aliado, à estrutura etária envelhecida da população agrícola, levou ao abandono das terras, reflectido igualmente no abandono da actividade pelos mais jovens e na substituição da agricultura pela pecuária, em sistemas de pastoreio que exigem pouca mão-de-obra.

Actualmente e no que respeita à exploração dos recursos locais, há a registar a existência de duas unidades semi-artesanais de produção de queijo, duas salsicharias industriais e uma empresa de extracção e transformação de xistos, temporariamente encerrada.

A estrutura empresarial nos sectores do comércio e serviços financeiros, é igualmente bastante débil, com poucos estabelecimentos de diminuta dimensão e fraco grau de especialização. Uma parte significativa dos activos que trabalham nos estabelecimentos comerciais, é constituída pelos seus proprietários e familiares, com um fraco nível de profissionalismo, o que se reflecte negativamente na qualidade dos serviços prestados, assistindo-se no sector financeiro, à diminuição do número de empregados e à ameaça sempre presente, de encerramento de instalações.

No que respeita às actividades de cultura e lazer e estruturas de apoio ao turismo, a situação tem-se agudizado no Concelho de Mourão, uma vez que o único jornal mensário encerrou e não há nenhuma estação de rádio, apesar de estar atribuída uma frequência ao Concelho, desde 1995.

Não existe auditório, teatro ou sala de cinema; o local onde funcionava o antigo “*Cine Esquível*” foi desactivado e é actualmente alugado como recinto para festas particulares e espectáculos diversos.

Inaugurado com a nova Aldeia da Luz, o “*Museu da Memória*”, situado à beira das águas da Barragem que contém imagens e artefactos, trazidos pela população da antiga aldeia e que pretende reviver e dar a conhecer, quer memórias etnográficas do passado, quer os monumentos que ficaram submersos, é pouco visitado, provavelmente por falta de divulgação.

Na Freguesia de Mourão, foi também inaugurada em 2000, uma galeria municipal de arte que tem tido alguma actividade, ao longo do seu tempo de vida, através da organização de mostras gastronómicas e dos vinhos e artesanato da região, bem como de património histórico e arqueológico.

Assim, podemos apontar como principais características das estruturas de apoio ao turismo e actividades de lazer, as seguintes:

- . Fraca capacidade de acolhimento de visitantes e baixo nível de equipamentos de apoio e de actividades recreativas e desportivas;
- . Inexistência de um posto de turismo, com pessoal portador de competências específicas (deficiente divulgação do património natural e cultural, bem como dos produtos regionais);
- . Inexistência de actividades recreativas e desportivas;

No que toca à Saúde e Protecção Social, o Concelho apresenta uma situação deficitária, em termos de assistência médica (1 médico, para 3554 inscritos) num Centro de Saúde, sem unidade de internamento, a funcionar entre as 9 e as 17,30 minutos num edifício

desadaptado às funções (com um médico, 3 enfermeiras, um técnico de saúde pública e 3 auxiliares de acção médica) e onde se verifica o maior número de consulta por habitante, numa população com 30% de pensionistas. Não existem também, Creche Infantil nem Centros de Dia, para Jovens e Idosos.

Outro dos pontos fracos identificados, foram as acessibilidades, já que se a cobertura pela rede rodoviária é razoável e foi melhorada, com a reposição e construção das vias e pontes, nomeadamente as ligações entre as freguesias do Concelho e com as localidades mais próximas, verificam-se grandes estrangulamentos, quer ao nível das acessibilidades ferroviárias (inexistentes), quer ao nível dos transportes públicos de passageiros, relacionadas com a falta de qualidade dos serviços prestados, nomeadamente a baixa frequência e a desadequação dos horários às necessidades da população, justificadas pela fraca rentabilidade, bem como pela falta de articulação, entre o serviço de transporte rodoviário e o serviço inter-regional de transportes ferroviários que permite a ligação, ao Sul e ao Norte do país;

Quanto aos impactes negativos do EFMA, temos a assinalar a perda de cerca de 1/3 da área agrícola do Concelho, onde se inclui o baldio da Granja e a reserva social de caça de Mourão, a submersão da fábrica da Portucel, (com o consequente encerramento de várias empresas satélites), e de importantes reservas de xistos, granitos e calcários e da praia fluvial e respectivo Parque de Campismo, sem esquecer a submersão de monumentos, com reconhecido interesse arquitectónico e arqueológico, (Castelo da Lousa, os moinhos do Guadiana, Alcarrache e Godelim, a Igreja de Nossa Senhora da Luz, a Estação Romana da Vila Velha, o Convento do Alcance, o povoamento pré-histórico de Cuncos, antas e outro património arqueológico), para além das alterações climáticas, como sejam o acréscimo de humidade, com impacto nas características de algumas culturas (uva e azeitona) e na eventual alteração dos processos de propagação de doenças das plantas, com o acréscimo do recurso a produtos químicos.

No entanto, há na envolvente, oportunidades que se apresentam ao território e que poderão ser capitalizadas a seu favor e desde logo a sua inserção na Região Alentejo que é antes de mais, uma região com potencialidades agrícolas ligadas ao regadio e possível articulação ao sector agro-industrial o que lhe confere, condições favoráveis ao incremento da fruticultura e horticultura, pela maximização dos recursos hídricos existentes, merecendo também relevo, o aproveitamento do montado e a produção de energias renováveis.

De destacar também o TGV que vai aproximar a região, das duas capitais ibéricas e a proximidade ao futuro aeroporto de Beja (factor potenciador do desenvolvimento da região e nomeadamente do crescimento do sector turístico).

Também a proximidade da Extremadura espanhola, é uma oportunidade, nomeadamente através da possibilidade de aproveitamento dos apoios comunitários, para as regiões transfronteiriças (INTERREG e Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal (2007/2013)) e porque a Extremadura é um bom mercado, para o destino turístico que Mourão pode vir a ser.

Por último foram identificadas as ameaças e entre elas destacamos a sua inserção na Região Alentejo Central, que é uma região com:

- . Fraca densidade populacional;
- . Perda de vitalidade demográfica (envelhecimento populacional);
- . Predomínio da actividade agrícola, na economia local;
- . Elevado índice de desemprego, resultante da libertação de activos do Sector I, com dificuldades de reconversão, devido às características etárias e aos baixos níveis de escolaridade e de qualificações profissionais;
- . Deficiente ordenamento e planeamento de culturas agrícolas e dificuldade em manter as culturas tradicionalmente praticadas na região, face à nova conjuntura, decorrente da reforma da PAC;
- . Problemas ao nível da conservação, renovação e continuidade do montado de sobre e azinho;
- . Unidades industriais com problemas organizativos, de gestão e de marketing, com fraca penetração de novas tecnologias e baixa incorporação de valor acrescentado;
- . Debilidade dos serviços de apoio à actividade económica, caracterizados por falta de cultura e de dinamismo empresarial;
- . Insuficiências ao nível das infra-estruturas básicas, de comunicação, de transportes e equipamentos sócio-culturais (saúde, habitação, educação, cultura, desporto e tempos livres).

Por outro lado, o Concelho de Mourão, tem de contar com uma concorrência regional, nacional e fronteiriça muito forte e com o incipiente estágio de desenvolvimento, no que respeita à cooperação entre os municípios que pode vir a agudizar as assimetrias regionais e transfronteiriças, dado que pelo facto de existir do lado espanhol um plano de preservação ambiental, menos restritivo do que o português, lhes permite realizar

investimentos nas margens da albufeira, desequilibrando deste modo, o fluxo de capital e de mercados entre as duas margens, situação que é potenciada pela deficiente promoção dos produtos locais genuínos, dada a ausência de uma estratégia integrada de “*marketing territorial*”, apesar de o território, deter um rico património natural e cultural.

Para além da análise SWOT, fomos escrutinar, o entendimento que os agentes locais têm, relativamente ao território onde residem, a partir da aplicação de um inquérito por questionário, às entidades do concelho consideradas relevantes quer pelo seu peso no emprego, quer pela influência que exercem, enquanto promotoras de actividades culturais ou desportivas e às autoridades autárquicas dos concelhos limítrofes, com quem o território mantém relações de proximidade.

A opção pela utilização deste instrumento, decorreu da necessidade de proceder à recolha de informação diversa, junto dos interlocutores e permitir a sua comparabilidade, com vista ao posterior tratamento estatístico e em simultâneo, inferir da capacidade/disponibilidade dos agentes económicos relevantes, para promoverem um processo dinâmico de mudança e inovação.

Foram distribuídos 75 inquéritos, tendo respondido apenas 58 entidades, 52 das quais, fizeram-no presencialmente, o que permitiu obter informações complementares, sobre questões que embora não constassem do questionário, se revelaram importantes, para a análise do território.

A análise estatística dos resultados foi realizada, a partir do quadro de frequências absolutas e relativas e procedeu-se ao cruzamento de variáveis pertencentes ao mesmo conceito, com o objectivo de percebermos as características mais importantes que compõem esse conceito e também, ao cruzamento de variáveis pertencentes a conceitos diferentes, de forma a avaliarmos a existência de relações de dependência e de medidas de associação.

O questionário foi organizado em três blocos de questões, sendo que no **Bloco I**, se procedia à identificação das entidades, quanto ao tipo, localização geográfica, o número e as habilitações literárias dos funcionários, concluindo-se que 62,2% das entidades respondentes, se situam na sede do Concelho, o que tem a ver com o seu maior dinamismo (centro urbano - onde se localizam os serviços da administração local e central, bem como os serviços financeiros) que a base económica do território (tomando como indicador apenas o n.º de funcionários, já que indicadores como o VAB, ou

mesmo o volume de vendas, não se encontram disponíveis), assenta em micro e pequenas empresas, com menos de 10 trabalhadores, e constatando-se pelo grande peso do sector público na estrutura do emprego (184 funcionários na Câmara e a Escola com 52), mas sem papel dinamizador e o baixo nível de habilitações da população empregada: 56,45%, não foram além do ensino básico, 25%, concluíram o ensino secundário e apenas 16,38% têm formação académica média ou superior (empregados nos serviços públicos – Escola, Centro de Saúde e Câmara Municipal).

No Bloco II, pretendemos perceber qual a avaliação em termos globais que os agentes, fazem acerca do contributo do EFMA, para o meio envolvente e para tal, fomos avaliar por um lado, os tipos de apoios disponíveis, concedidos ou a conceder pelas empresas gestoras do EFMA (EDIA e Gestalqueva), a tipologia dos projectos elegíveis, o nível de conhecimento, acerca dos instrumentos de planeamento e ordenamento em vigor para o território e das propostas que os mesmos comportam, o alcance das mudanças ocorridas nos últimos 5 anos, comparativamente com as ocorridas nos concelhos limítrofes e a capacidade do EFMA, para fixar população e para dinamizar novas actividades e promover o desenvolvimento.

Das respostas obtidas, podemos concluir que as empresas privadas, não receberam quaisquer apoios, subsídios ou incentivos financeiros, ou de qualquer outra espécie, das empresas gestoras do EFMA, ou seja, apenas entidades públicas, ou privadas sem fins lucrativos deles têm beneficiado, fazendo dos mesmos, na sua maioria (66%), uma avaliação positiva, apesar de não existirem projectos em rede, supra ou intermunicipais. Comparando o Concelho de Mourão, com os concelhos limítrofes, concluímos que existe maior dinamismo nos restantes concelhos, nomeadamente nos sectores emergentes (ambiente, turismo e energias renováveis).

Oitenta e um por cento das entidades, conhecem pelo menos um dos instrumentos de planeamento e ordenamento do território ou pelo menos uma das suas propostas ou condicionantes (na sua maioria conhecem apenas as limitações, ou restrições), considerando que são limitativas e que condicionam qualquer processo de desenvolvimento que associam invariavelmente, à industrialização, a actividades turísticas desenvolvidas nas margens do lago junto ao espelho de água e à integração do Concelho de Mourão, no Plano de Rega do Alentejo. Por outro lado, constatámos que são os que melhor conhecem as propostas, os que concordam com as mesmas (associação perfeita entre “*conhece as propostas*” e “*concorda com as mesmas*” $\chi^2 = 0$ e

V de Cramer = 1) e que os responsáveis autárquicos dos concelhos limítrofes, têm expectativas mais positivas em relação ao empreendimento.

Os objectivos do Bloco III, entrecruzam-se frequentemente com os do 2º bloco, mas podemos individualizar dois objectivos:

Avaliar as expectativas e inferir da predisposição para investir, modernizar, dinamizar e promover a necessária formação e qualificação profissional dos funcionários e a certificação dos produtos e das empresas e avaliar, quais os sectores e actividades, entendidas como estratégicas.

As principais conclusões a que chegámos, foi que nos últimos cinco anos, os resultados, ficaram muito aquém das expectativas criadas, (ainda que para os próximos cinco anos, haja expectativas de que os resultados melhorem), relativamente às seguintes variáveis:

- . aumento do rendimento das famílias
- . aumento e diversificação das actividades produtivas
- . aumento do nível do produto
- . aumento da população residente
- . aumento da população visitante
- . aumento do emprego
- . aumento do desemprego
- . aumento das actividades culturais

Oitenta e um por cento dos respondentes, reconhecem a necessidade de formação e qualificação profissional dos recursos humanos, mas não estão dispostos a suportar os seus custos, entendendo que devem ser os poderes públicos a arcar com essa responsabilidade, enquanto que noventa e três por cento, dizem estar dispostos a investir por forma a dinamizarem as suas actividades, se os meios lhe forem fornecidos mas nunca, com capitais próprios.

O sector considerado estratégico, foi o turismo e actividades correlacionadas – restauração e hotelaria, agricultura e agro-industriais viradas para o turismo, continuando Alqueva a ser entendido como “o catalisador” do desenvolvimento regional, não apenas em termos agrícolas, mas como meio de reverter as tendências de despovoamento e desertificação e como via para a modernização e diversificação da

base económica regional, através da dinamização de actividades que permitam a fixação de população jovem.

Conscientes que o Concelho apresenta, uma estrutura produtiva débil assente em micro e pequenas empresas, sem “*classe empreendedora*” capaz de imprimir iniciativa e dinâmica empresarial, tendo por base a caracterização do território e o estudo de caso, definimos algumas Linhas de Orientação para o Território, partindo da **definição dos Sectores Económicos Estratégicos para a Sustentabilidade**:

Dado que a estrutura produtiva está de forma directa ou indirecta, muito ligada ao Sector I, considerámos:

1- **A agricultura e a agro-pecuária como bases de sustentação do desenvolvimento** numa dupla perspectiva:

- a) de preservação e aproveitamento dos recursos naturais endógenos e da valorização da cultura e do “*know how*” tradicionais;
- b) por constituir a base de expansão para outras actividades económicas (nomeadamente a agro-indústria e o turismo rural).

A classificação de Mourão, como “*Centro Rural*”, permite aceder a esquemas de financiamento de infra-estruturas e investimentos, especificamente orientados para a requalificação do “*mundo rural*”, essenciais para a atracção e fixação de jovens empresários agrícolas.

Para além das razões já invocadas, considerou-se a agricultura como a actividade económica estratégica, por permitir a redução da dependência alimentar face ao exterior e por representar, um instrumento de fixação das populações e de reabilitação do estatuto social do agricultor, nas suas diversas incidências, ao nível do desenvolvimento tecnológico, da formação profissional e da elevação do nível remuneratório e da preservação da qualidade ambiental.

É no entanto essencial, a diversificação da especialização produtiva, através da introdução de novos produtos ligados ao regadio, (construção de uma estação de bombagem que assegure, o abastecimento de pequenas represas que possam permitir, a exploração intensiva de produtos com elevado valor acrescentado: arroz, milho, tomate, hortícolas, forragens) e da revitalização dos produtos tradicionais: vinha, azeite,

montado de azinho, apoiadas pela transformação artesanal dos produtos regionais, a promoção do comércio destes produtos e de serviços de apoio à agricultura e à comercialização, através da certificação de origem, bem como a promoção dos produtos regionais nos restaurantes e estabelecimentos comerciais e a criação de uma loja especializada em produtos regionais.

2 – A agro-indústria e a indústria extractiva, como factores de valorização dos produtos regionais:

A estratégia de desenvolvimento deverá centrar-se, na complementaridade do aproveitamento dos meios disponíveis, na diversificação do aproveitamento das potencialidades da região, no conhecimento e na inovação para a valorização dos produtos existentes e para o lançamento de outros, na consolidação de uma imagem de marca e no alcançar de “*escala*” que possibilite, uma intervenção sustentada em novos mercados.

É portanto fundamental, a dinamização das empresas agro-alimentares já existentes (no sentido de ganharem escala), mas não o é menos, a atracção de pequenas iniciativas empresariais agro-industriais, no sentido do aproveitamento e valorização, dos produtos locais provenientes da agricultura e apropriação pela comunidade local dos benefícios.

Essencial também, é incentivar o aparecimento de uma classe empresarial local, encontrando um conceito de investimento empresarial próprio que sirva de “*imagem*”, de conceito inovador e “*único*”, no quadro da concorrência regional, para a estratégia de atracção de empresas.

Para tal, aconselha-se a criação de um gabinete de apoio técnico que possua para apresentação aos investidores interessados, uma compilação das oportunidades de investimento no Concelho, dos subsídios e incentivos disponíveis e dos processos de licenciamento.

3 – O artesanato, como factor de promoção e valorização dos recursos locais, ao permitir:

- . a revitalização das actividades tradicionais;
- . a requalificação do papel dos “*mestres artesãos*” e sua ligação, ao sistema formal de ensino;

. o apoio à promoção comercial dos artesãos e à comercialização dos produtos artesanais.

4 – O turismo como factor de dinamização do desenvolvimento:

Neste sentido, mostra-se essencial, a promoção de formação profissional adequada, com vista a criar empregos e a gerar sinergias, com as actividades tradicionais da região, a construção e recuperação de habitações, da agricultura e das técnicas agrícolas tradicionais, bem como a preservação da identidade cultural, baseada na gastronomia, nos produtos regionais, na etnografia, no artesanato e nas festividades tradicionais.

Neste sector a principal aposta, deve residir no turismo de habitação e no turismo rural (sem excluir a possibilidade de outro tipo de empreendimentos e iniciativas), ligados às actividades agrícolas e demais práticas tradicionais, que passam, pela:

- . **Diferenciação** das “*aldeias de água*” (Luz e Granja), por forma a que se constituam em pólos de atracção turística, adoptando um conceito de turismo sustentável, mantendo o seu carácter e identidade e preservando e valorizando os seus recursos naturais, patrimoniais e culturais, (constituindo-se estes, a verdadeira oferta de produtos turísticos);
- . **Qualificação** dos espaços visitados, recursos, equipamentos, serviços, recursos humanos e empresas;
- . **Promoção** e consolidação da imagem e da marca “*Alqueva*” e penetração em novos mercados;
- . **Mobilização** dos agentes e dos meios, com vista à concertação estratégica;
- . **Diversificação** e aproveitamento das potencialidades da região;
- . **Inovação e Valorização** dos produtos existentes e lançamento de novos produtos.

É para além de tudo isto, absolutamente necessário:

A - A definição dos nichos de oferta:

- 1 – **Património:** natural e paisagístico, histórico, arquitectónico e arqueológico;
- 2 – **Cultura:** gastronomia e vinhos, artesanato, etnografia, actividades de carácter cultural;
- 3 – **A albufeira:** pesca e actividades desportivas;
- 4 – **A caça**

B – O reforço das condições de acolhimento (oferta de alojamento, restauração, sinalização, diversão):

- . Criação de um Parque de Campismo e Caravanismo
- . Turismo de habitação
- . Turismo Rural (associado a uma estratégia de atracção e fixação da população agrícola)
 - . Restauração e Hotelaria

C – Disponibilização de uma rede de infra-estruturas e equipamentos de apoio à actividade turística

D – Repensar o espaço público, levando a cabo a recuperação de edifícios diferenciados, a melhoria da iluminação pública, requalificação de ruas e jardins (numa palavra, a melhoria da imagem de qualidade urbana).

Seguidamente, foram definidas as **respostas institucionais integradoras:**

1 – Formação Profissional (numa lógica de promoção do potencial humano), adequada à procura do mercado de emprego, numa perspectiva de fixação da população, aliada a outras políticas destinadas a fixar jovens.

2 – Incremento da Cooperação Intermunicipal

A cooperação intermunicipal, assume actualmente um valor estratégico essencial, na lógica dos incentivos financeiros comunitários do QREN que obriga à intermunicipalidade e supra- municipalidade dos projectos, no sentido de alcançar uma repartição equilibrada dos equipamentos, no âmbito regional que motivem, deslocações inter-concelhias a vários níveis, no sentido de alcançar a especialização dos municípios, limitando a concorrência desnecessária, entre iniciativas de âmbito local mal dimensionadas e fomentando o aparecimento de projectos de dimensão supramunicipal, repartidos de forma equilibrada, numa perspectiva de “*maior cooperação e racionalização e menos egoísmo*”

3 – Dinamização da Cooperação Transfronteiriça

Numa lógica de intensificação das solidariedades inter-regionais e das relações sociais e culturais, deve entender-se que a fronteira mais do que separar e dividir, estreita laços de solidariedade, comerciais e institucionais, através da identificação rigorosa das oportunidades de desenvolvimento resultantes de eventuais empatias e sinergias antropológicas, históricas, arquitectónicas e culturais.

Neste sentido, preconizamos a intensificação das relações entre as duas regiões que partilham a bacia hidrográfica do Guadiana que viram surgir, com a construção do EFMA, novos desafios, mas também novas oportunidades através de um recurso estratégico – a água e também, maior cooperação face ao objectivo comum de um harmonioso desenvolvimento económico e social das regiões transfronteiriças, através do desenvolvimento de projectos conjuntos, baseados em princípios de concentração, selectividade, viabilidade económico-financeira, com aconselhamento técnico nas tarefas de gestão e acompanhamento das intervenções e de simplificação de estruturas e de procedimentos.

Para que tais objectivos sejam alcançados, deve levar-se a cabo no Concelho de Mourão, um trabalho de definição prévia e clara dos objectivos da cooperação transfronteiriça e dos meios materiais e humanos a afectar à sua implementação, de forma a assegurar um equilíbrio competitivo saudável, entre ambas as partes, permitindo uma maior participação do concelho, em actividades inter-regionais, para o que é indispensável, um maior envolvimento das populações, mas sobretudo das autarquias, através do desenvolvimento de projectos culturais conjuntos (certames, encontros, colóquios, festas, exposições...), nomeadamente a elaboração de roteiros turísticos conjuntos (Alentejo/Extremadura).

Conclusão:

Julgamos estar agora em condições de responder à questão colocada inicialmente: O que significa para Mourão e para os mouranenses, ter o maior lago da Europa e de que forma pode “*Alqueva*”, promover o desenvolvimento sustentável da agricultura, da agro-indústria e do turismo e assumir-se como catalisador e polarizador, do desenvolvimento da região?

A água é um recurso essencial, para o desenvolvimento, mas por si só, não significa desenvolvimento, pelo que é urgente:

1 - A definição de uma política enquadradora ajustada (local, regional e nacional), de um quadro institucional que forneça os apoios necessários e de um tecido empresarial que os saiba aproveitar, de modo a:

- . criar e reforçar a capacidade económica e promover a **COMPETITIVIDADE**;
- . travar o processo de desertificação e promover a fixação da população (desafio demográfico);
- . conservar a tradição e a identidade cultural, através de actividades inovadoras;

2 – A rentabilização dos recursos humanos (em cada dia que passa o Alentejo, perde 5 activos), através de adequada formação e qualificação profissional (de acordo com as solicitações do mercado de trabalho).

3 – A definição de investimentos estratégicos (projectos-âncora), que rentabilizem os recursos humanos e que promovam, a dinamização da base económica, através da sua diversificação e ampliação.

4 – A definição de uma política de “marketing” territorial, que contemple o turismo, que é fundamental e importante, mas como uma componente.

5 – A definição das bases de sustentação para o território, que em nosso entender são:

- a) A agricultura e a agro-pecuária, como forma de diminuição da dependência alimentar e pelo efeito de arrastamento de outras actividades, nomeadamente agro-industriais;
- b) O artesanato e o turismo rural, na perspectiva da preservação e do aproveitamento dos recursos endógenos e do ambiente e na da valorização da cultura e do “*know how*” tradicionais;
- c) Revitalização das produções de produtos tradicionais, a par de uma diversificação produtiva, com base nas potencialidades do regadio (produtos transaccionáveis);
- d) Requalificação urbana (construção de espaços verdes e de equipamentos sociais, de saúde e culturais e recuperação do património histórico, cultural e ambiental).

6 – A criação de uma entidade promotora da estratégia e gestora das acções.

7 – Dinamização da cooperação com os municípios vizinhos (portugueses e espanhóis), através de parcerias e de projectos conjuntos de equipamentos, de

consultoria e formação profissional, da certificação dos produtos (e das empresas) e do ordenamento do território.

Bibliografia Consultada:

ADEREM, Associação de Desenvolvimento de Mourão (2002), *Caracterização da área geográfica de intervenção da Barragem do Alqueva* (Estudo não publicado)

AGROGES (1996), *Avaliação Económica do Empreendimento de Alqueva*. Relatório Final, EDIA, Empresa de Desenvolvimento e Infra-estrutura do Alqueva, Lisboa

ALVAREZ, Luís Pinheiro (1998), *Potencialidades e Constrangimentos do Concelho de Mourão*, EDIA, Beja

ALVAREZ, José Luís Pinha (2002), *A Barragem do Alqueva e as novas sinergias territoriais*, Tese de Doutoramento – Geografia e Planeamento Regional, Universidade de Extremadura, Cáceres

CAPUCHO, Maria José – *Análise das Potencialidades e Constrangimentos do Concelho de Mourão e Proposta de Desenvolvimento*, Tese de Mestrado – Economia – Universidade de Évora (Estudo não publicado)

FERREIRA, Ricardo B. (2002), *Disparidades e Convergência Inter-regional no Alentejo*, Economia e Sociologia, Gabinete de Investigação e Acção Social do Instituto Superior Económico de Évora, n.º 73, Évora

GUERREIRO, Sérgio, Turismo em Espaço Rural, Políticas e Perspectivas de Desenvolvimento, (2000), *in Turismo em Espaço Rural*, Vida Económica, Porto

LIMA, Carlos, (1999), O Turismo Como Sector Estratégico, *in Turismo em Espaço Rural*, Vida Económica, Porto

PDM (1994), *Plano Director Municipal de Mourão*, Documento de Trabalho, Teckton/Câmara Municipal de Mourão

PDTA (2001) – Plano de Desenvolvimento Turístico para o Alentejo, CEDRU

PEDT – *Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo no Concelho de Mourão* (2003), RDPE, Desenvolvimento de Projectos Empresariais (Estudo não publicado)

PDTA (2004) - *Plano de Desenvolvimento Turístico do Alentejo*, CEDRU /MUNDIPRAXIS

PENT- *Plano Estratégico Nacional do Turismo* (2006), Secretaria de Estado do Turismo

POAAP (2006) – *Plano de Ordenamento das Albufeiras de Alqueva e Pedrógão*, Instituto da Água

PROT-Alentejo (2006) - *Plano Regional de Ordenamento do Território para a Região do Alentejo*, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Alentejo

PROZEA (2002) – *Plano Regional de Ordenamento do Território da Zona Envoltente da Albufeira do Alqueva*, Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território

REINO, J. Pedro; DUARTE, C. Lucinda; ANTUNES, A. Manuel; (2005), *Alqueva e Aldeia da Luz: Que futuro?*, CEPAD – Centro de Estudos da População, Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

RELATÓRIO DO GRUPO EUROPEU PARA A SUSTENTABILIDADE DO TURISMO (2007), *Plano de Acção para um Turismo Europeu mais Sustentável*

SANTOS, Domingos (2001), A problemática e as políticas de desenvolvimento local, *in Compêndio de Economia Regional*, José Costa (coord.), APDR

SEIA (1995) – *Estudo Integrado de Impacte Ambiental do Empreendimento de Alqueva*

SILVA, João Albino e PERNA, Fernando (2001), Turismo e desenvolvimento auto-sustentado, *in Compêndio de Economia Regional*, José Costa (coord.), APDR

SILVA, Sancho (1999), O Turismo como Sector Estratégico, *in Turismo em Espaço Rural*, Vida Económica, Porto